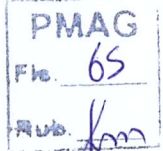


ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Folha: 1/1

CNPJ: 03.133.097/0001-07
RUA DOM AQUINO 346
C.E.P.: 78770-000 - Alto Garças - MT



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo:	2/2020
Processo de Licitação:	2/2020
Modalidade:	Inexigibilidade de Licitação
Número da Licitação:	1/2020-IL
Data do Processo:	02/01/2020
Data da Abertura das Propostas:	02/01/2020
Hora da Abertura das Propostas:	13:00

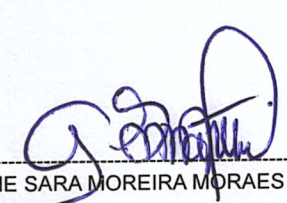
Nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei Nr. 8.666/93 e suas alterações posteriores, examinamos os termos e documentos referentes a abertura do presente processo licitatório.

A abertura desta licitação, assim como a lavratura dos documentos preliminares, obedeceu o determinado pela referida legislação.

Pelo preenchimento dos requisitos legais, aprovamos a abertura e os termos do presente, opinando pelo prosseguimento deste processo licitatório, em seus demais tramites legais.

Alto Garças,

02 / 01 / 2020


GISLAINE SARA MOREIRA MORAES MARTINS



**PARECER JURÍDICO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO
DE ENERGIA ELÉTRICA**

Trata-se de solicitação de contratação de empresa especializada em fornecimento de energia elétrica para suprir as necessidades da Administração Pública Municipal.

Vê-se aí a necessidade, a conveniência e a oportunidade da referida contratação, assim como a correta aplicação dos ditames legais e as recomendações do Tribunal de Contas.

Em relação à inexigibilidade do processo licitatório, o art. 25 da Lei 8.666/93, é claro ao afirmar que “é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição”.

Assim, é certo que a inviabilidade de competição se caracteriza como ausência de possíveis competidores aptos a fornecer o objeto pretendido.

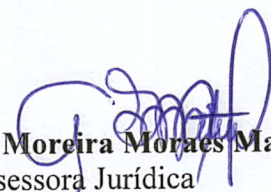
Cumpra destacar que o fornecimento de energia elétrica se trata de serviço público essencial prestado no Estado de Mato Grosso por empresa concessionária, tendo exclusividade na prestação de referido serviço, portanto inexistente possibilidade de competição.

Ressaltamos porém que esta assessoria jurídica indica a realização de processo de inexigibilidade de licitação tendo em vista a impossibilidade de competição fundamentada no caput do artigo 25 da Lei 8666/93, não entendendo ser caso de dispensa de licitação baseada no artigo 24, XXII da mesma legislação em razão de que a dispensa de licitação somente se dá quando existe possibilidade de competição de fornecedores, o que não é o caso destes autos.

Isto posto, o Parecer dessa Assessoria Jurídica é pela constitucionalidade e legalidade no processo de inexigibilidade de licitação para a contratação do serviço mencionado por ser esta a mais adequada a plena satisfação do objeto contratado e pela conveniência e particularmente, oportunidade, de tal contratação.

É o parecer.

Alto Garças - MT, 02 de janeiro de 2020.


Gislaine Sara Moreira Moraes Martins
Assessora Jurídica
OAB/MT 7062